

## Estudo

Texto de autora convidada. Texto recebido em: 22 set. 2023. Texto aprovado em: 20 fev. 2024.

ARRUDA, Zuleika Alves de. Dinâmica demográfica e produção do espaço na fronteira (re)dimensionada do agronegócio mato-grossense. *Estudos Universitários: revista de cultura*, UFPE/Proexc, Recife, v. 40, n. 2, p. 164-203, jul./dez. 2023.

<https://doi.org/10.51359/2675-7354.2023.261676>

ISSN Edição Digital: 2675-7354



Esta obra está licenciada com uma Licença Creative Commons  
[Atribuição 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

# DINÂMICA DEMOGRÁFICA E PRODUÇÃO DO ESPAÇO NA FRONTEIRA (RE) DIMENSIONADA DO AGRONEGÓCIO MATO-GROSSENSE

DEMOGRAPHIC DYNAMICS AND THE PRODUCTION OF SPACE IN THE (RE)DIMENSIONED FRONTIER OF MATO GROSSO'S AGRIBUSINESS

## Zuleika Alves de Arruda

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso (IFMT)

Doutora em Geografia

E-mail: [arrudazu@yahoo.com](mailto:arrudazu@yahoo.com)

 <https://orcid.org/0000-0002-4197-6523>

 <http://lattes.cnpq.br/8466826471187235>

## Resumo

Nas últimas décadas, o estado de Mato Grosso vem ocupando um lugar de destaque no cenário econômico nacional devido à expansão da agropecuária empresarial, também conhecida como agronegócio, que tem impactos no processo de urbanização do território, tanto pelo surgimento de núcleos urbanos quanto pela nova dinâmica demográfica e econômica estabelecida nele. Esse processo teve início na década de 1970, com a efetiva incorporação do território mato-grossense às teias do capitalismo mundializado, por meio da expansão da fronteira agrícola. Esse movimento tem se (re)produzido no século XXI rumo ao bioma Cerrado, a “savana brasileira”, com a ampliação de uma produção agropecuária modernizada e altamente capitalizada, voltada para atender à lógica de um mercado globalizado. Nesse espaço, o crescimento das cidades faz parte da estratégia política de “ocupar vazios” do território, até então não inseridos nas forças produtivas. Nessa nova espacialidade, a fronteira agrícola desponta com seus territórios determinados pelas relações de poder, em que a dimensão estratégica do espaço urbano constitui o meio para atender à racionalidade produtiva do campo. Assim, este artigo tem como objetivo refletir sobre a relevância da dinâmica demográfica na

formação e ocupação dos “espaços vazios” do Mato Grosso e sobre como esse evento contribui para o processo de urbanização no/do território.

**Palavras-chave:** fronteira (re)direcionada do agronegócio. espaços vazios. urbanização.

## Abstract

In the last decades, the Brazilian state of Mato Grosso has been occupying a prominent place on the national economic scene due to the expansion of corporate farming also known as agribusiness, which impacts on the process of urbanization of its territory, both through the emergence of urban centers and through the new demographic and economic dynamics that take place in it. This process began in the 1970s through the effective incorporation of Mato Grosso's territory into the webs of globalized capitalism, through the expansion of its agricultural frontier. This movement has been (re)produced in the 21st century towards the biome called Cerrado, which is the “Brazilian savannah”, with the expansion of a modernized and highly capitalized agricultural production, aimed at meeting the logic of a globalized market. In this space, the growth of the number of cities is a part of the political strategy of “occupying void spaces” of the territory, which, until then, had not been inserted in the productive forces. In this new spatiality, the agricultural frontier emerges with its territories determined by power relations, in which the strategic dimension of the urban space constitutes the way to meet the productive rationality of the countryside. This paper aims to reflect on the relevance of demographic dynamics in the formation and occupation of “empty spaces” in the state of Mato Grosso and how this event contributes to the process of urbanization in/of the territory.

**Keywords:** (re)directed agribusiness frontier. empty spaces. urbanization.

## INTRODUÇÃO

Na primeira metade do século XIX, o território mato-grossense, que corresponde ao domínio amazônico e do Cerrado nas porções oeste e norte do Brasil, permanecia no imaginário social e político

da nação como um espaço periférico e atrasado, formado por uma sociedade “não civilizada”. No entanto, essas terras eram de grande importância para o Estado brasileiro, devido à sua fronteira internacional e às potencialidades das riquezas ali existentes, até então pouco exploradas.

A partir do século XX, o território norte mato-grossense, concebido anteriormente também como uma “natureza intocada” pelo predomínio dos elementos naturais e pela ocupação das populações tradicionais, passou a ser substituído pelos interesses econômicos estatais, representados pela incorporação de objetos técnicos e pela apropriação monopolista da terra. Concomitantemente, o meio natural, outrora fonte de sobrevivência das comunidades ali existentes, passou a ser comercializado e inserido em uma nova dinâmica espacial: a do processo de expansão e acumulação do capital, materializado pela expansão da fronteira agrícola.

Dessa maneira, o projeto de expansão da fronteira agrícola estava vinculado a uma estratégia geopolítica, proposta pelo então presidente Getúlio Vargas, de “ocupar os espaços vazios”, denominada *Marcha para o Oeste*, uma empreitada ancorada no lema *Trabalho e Colonização*, que concebia o desenvolvimento econômico como uma tarefa comum a todos os segmentos da sociedade, visando à expansão do território nacional a partir da criação de colônias agrícolas, bem como do fortalecimento dos domínios fronteiriços.

Nessa política nacional redirecionada, que buscava privilegiar a hegemonia do capital urbano industrial e a diversificação da economia, os trabalhadores do campo assumiram as responsabilidades de fornecer matéria-prima para a indústria e abastecer os centros urbanos do centro-sul do país, além de gerar divisas com a expor-

tação de produtos. Nessa lógica, eles deveriam ser também consumidores dos bens de produção e dos insumos modernos fornecidos pelas indústrias estrangeiras do setor agroindustrial<sup>1</sup>, promovendo a inserção do capitalismo no campo. Foi essa a razão da marcha para o oeste só ter se efetivado no território mato-grossense a partir de 1940, mediante a intensificação do processo de modernização industrial do centro-sul brasileiro, articulado às ações de expansão agrícola para o Centro-Oeste e a Amazônia durante os governos militares (1964 – 1985) (Moreno, 2005).

Embora o governo federal tivesse criado o Serviço de Povoamento do Solo Nacional (SPSN) no ano de 1906, objetivando incentivar a migração e a transferência de mão de obra para o interior do país, a política de povoamento em Mato Grosso foi efetivada somente no ano de 1940. Objetivando ocupar a porção norte do Mato Grosso, o governo federal criou, no ano de 1943, a *Expedição Roncador – Xingu* e a *Fundação Brasil Central*, buscando implementar núcleos de povoamento a partir dos Vales do Araguaia e do Xingu, em áreas habitadas por etnias indígenas do centro do Brasil e da Amazônia. O início da implantação foi pelo povoado de Xavantina (1944), que, posteriormente, deu origem à Nova Xavantina. Embora tenha fomentado a criação de vários povoados, a Expedição foi marcada por intensos conflitos pelo domínio legal e pela posse da terra, não obtendo êxito (Moreno, 2005, p. 54). Assim, conhecida como “vale dos esquecidos”, atualmente essa região faz

---

1 Esse ideário estava pautado na Revolução Verde: promover o uso intensivo de insumos agrícolas, como fertilizantes químicos e pesticidas, em busca de aumentar a produtividade agrícola. A expansão do capitalismo no campo faz parte da estratégia dos países capitalistas para promover a modernização.

parte da área de expansão da agricultura modernizada, acabando por ter sido incorporada na “nova fronteira agrícola” do Estado.

A disponibilidade de terras devolutas, localizadas em grande parte na porção norte do Mato Grosso, constituiu um dos argumentos recorrentes que justificaram a criação, em 1946, do Departamento de Terras e Colonização (DTC) pelo governo do estado de Mato Grosso, o qual tinha como atribuição gerir as terras públicas e incentivar a colonização. Em 1947, foi criada a Comissão de Planejamento e Produção (CPP), visando promover e incentivar a ocupação de áreas preferenciais e, ao mesmo tempo, fiscalizar e dar apoio aos pequenos colonizadores. Em 1950, houve também a criação do primeiro código de terras do estado, que reservava várias áreas para a implantação de núcleos coloniais agrícolas. Com essa política de povoamento, inúmeras colônias foram implantadas pelo governo de Mato Grosso.

Foi notoriamente a partir de 1960 que se registrou um grande impulso no processo de apropriação de terras devolutas e de venda de quase dois milhões de hectares de terras públicas do norte mato-grossense. A abundância de terras existentes no estado e a facilidade na aquisição delas fizeram com que as empresas capitalistas viessem explorar esse mercado promissor, adquirindo, dos governos estadual<sup>2</sup> e federal, grandes áreas a preços irrisórios e/

---

2 No período de 1940 a 1966, foram implantados aproximadamente 30 núcleos de colonização, dos quais 23 faziam parte do estado de Mato Grosso, que foram ocupados por cerca de 69 mil colonos. Nesse período também, o Estado firmou contrato com cerca de 29 empresas particulares de colonização, estabelecendo concessões de terras públicas com áreas médias de 200 mil hectares (Moreno, 2005).

ou através de práticas ilícitas, o que favoreceu a apropriação e a incorporação de terras terceirizadas.

Essa política ilícita, no que concerne à terra de terceiros, encontrava-se mascarada em um primeiro momento através da aquisição de determinada extensão de terra pelo governo federal ou estadual, que então repassava ilegalmente a sua posse. Posteriormente, esse processo foi respaldado pelos órgãos competentes através da aprovação de devidos projetos de “colonização”, aparentemente sem esforço de confirmação da legitimidade dos fatos (Arruda, 1997). Em resumo, a política de “integração”, de “ocupar” os “espaços vazios”, significava converter a terra em mercadoria e, conseqüentemente, em renda capitalizada, efetivando-se pela consolidação do sistema de latifúndios, mediante a espoliação dos recursos naturais.

Vale notar que o espaço de fronteira altera-se com a chegada de novas formas espaciais, com a penetração de empresas que carregam, em sua bagagem, o compromisso de atender ao cronograma estatal, cujo tempo e valores são medidos por padrões e valores do mercado mundial. Assim, entram em cena os novos bandeirantes do século XX, os futuros “agroempresários” do século XXI, que retomam a cena do poder no território mato-grossense, apropriando-se dele e redefinindo seus espaços, onde projetam cidades, e selecionam seus habitantes, desmatam sua vegetação e poluem seus rios, tudo em nome do progresso.

As principais obrigações desses novos “colonizadores” eram de implantar as bases de infraestrutura física e social no prazo de seis a oito anos. Esses projetos de “colonização”, embora tivessem parte de suas terras tituladas, não lograram o sucesso de forma uniforme. Ressalva-se, porém, a empresa Gleba Arinos, implantada

pela Colonizadora Noroeste Mato-grossense S/A (Conomali), a qual se dedicou ao cultivo da seringueira, tendo operado no município de Diamantino, de cujo desmembramento surgiu o município de Porto dos Gaúchos. Também foi notável a colônia do Rio Ferro, operada pela Colonizadora Vale do Rio Ferro, dedicada ao cultivo da pimenta-do-reino (Arruda, 1997). Localizada na região do médio-norte, representa o espaço que mais recebeu imigrantes oriundos do Sul do país, atraídos pelo fácil acesso à terra (Moreno, 2005, p. 60).

Arruda (1997; 2007) assevera que as formulações discursivas construídas a respeito da fronteira brasileira, por meio da propaganda da existência de terras baratas associadas à ideia de oportunidade de se obter uma maior qualidade de vida, contribuíram para que se construísse uma imagem dessa localização como um espaço capaz de oferecer, ao país inteiro, novas perspectivas, assim como crescimento econômico e soluções dos problemas sociais. A eficácia desse discurso imagético sobre o fenômeno da fronteira agrícola tornou-se relevante na produção do espaço norte mato-grossense, por contribuir para o deslocamento coletivo de milhares de migrantes para essa região, assim como por operar junto à população local, de modo que as pessoas aceitassem a presença dos “colonizadores” e ainda pudessem justificar as transformações drásticas da natureza como sendo “símbolo de progresso”. Ou seja: considerou-se o crescimento econômico da região como um benefício para todos.

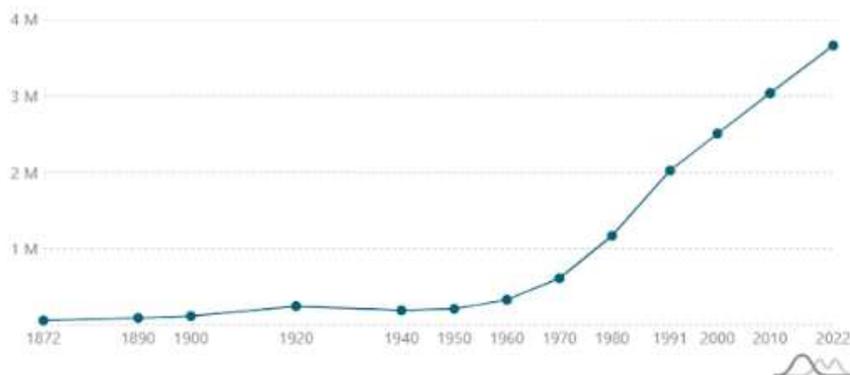
Desse modo, o Estado, como catalisador da facilidade de acesso à terra a partir de 1950, mobilizou a força de trabalho requerida para tal, o que levou a um grande fluxo de migrantes às áreas de frente da expansão capitalista, fato que, conseqüentemente, alte-

rou a dinâmica populacional e a ocupação de Mato Grosso, bem como o ritmo do processo, que vinha sendo registrado como lento e variável até esse período. Segundo Nascimento (1997), foi no final da década de 1950 que o processo de povoamento da área de Rondonópolis intensificou-se, constituindo a terceira região mais habitada do estado, contendo 12% da sua população, estando apenas abaixo de Garças, com 16%, e Cuiabá, com 45%. As demais áreas da porção nordeste e noroeste do estado encontravam-se habitadas por povos indígenas e/ou pequenos posseiros que aventuraram desbravar esse território, concebido, até então, como “selvagem”, passível de “ser civilizado”, ocupando os “grandes vazios demográficos”. Essa dinâmica pôde ser evidenciada no cenário mato-grossense quando, no ano de 1950, registrou-se que a taxa de crescimento da população foi de 9,8%, comparada à da década anterior.

É possível observar, no gráfico 1, que o elevado crescimento demográfico foi comprovado também a partir do ano de 1960, quando o estado de Mato Grosso apresentou uma taxa de crescimento de 55,47% em relação a 1950, e, por sua vez, de 85,38% no ano de 1970, em relação ao próprio 1960. No ano de 1980, entretanto, contou-se um crescimento não significativo em paralelo ao ano de 1970, com aumento de 0,41% apenas, sendo o valor total da taxa de 85,79%. Em termos absolutos, vale ressaltar, porém, que a população sextuplicou entre 1960 e 1991, quando passou de 325 mil para 2027 mil habitantes (Moreno; Higa, 2005, p. 73). De acordo com o censo demográfico de 2022, Mato Grosso registrou um crescimento não significativo quando comparado ao ano de 2010, número correspondente a 20,55%. No entanto, a taxa média de crescimento anual entre 2010 e 2022 apresentou-se superior

(1,57%) à do Brasil (0,52%) , observada como sendo a menor taxa de crescimento desde o início da série histórica, iniciada em 1872.

### Crescimento populacional



**Gráfico 1.** Crescimento demográfico da população mato-grossense entre os anos de 1872 e 2022  
Fonte: IBGE, 2022.

Assim, a partir dessa política de “ocupar os espaços vazios” em Mato Grosso, a densidade populacional passou por significativa alteração, considerando que, até a década de 1960, a densidade demográfica de Mato Grosso era baixa, com 0,36 hab. por km<sup>2</sup>, assim como no ano de 1970, com 1 hab. por km<sup>2</sup>. A partir do ano de 1980, o estado sofreu uma variação na dinâmica demográfica, passando a apresentar 1,25 hab. por km<sup>2</sup>, resultado do fluxo migratório em direção à fronteira agrícola. No ano de 1991, contou-se com 2,23 hab. por km<sup>2</sup>, enquanto que, no ano de 2000, contou com 2,75 hab. por km<sup>2</sup>. Atualmente, tendo a terceira maior extensão territorial do país, de 903 208 km<sup>2</sup>, o estado do Mato Grosso possui uma população pouco menor do que a do Amazonas, que tem 3.658.813 habitantes e uma densidade demográfica de 4,05 hab.

por km<sup>2</sup> (IBGE, 2022; 2023), sinalizando transformações demográficas e de urbanização em seu território.

Os imigrantes oriundos do Sul do país<sup>3</sup>, que se dirigiram para Mato Grosso a partir dos anos 1960 e 1970, foram ocupar a mesorregião norte mato-grossense, atravessada pela BR-163, ainda em implementação na época. O norte mato-grossense, até 1960, era um espaço pouco povoado, onde residiam 62.782 habitantes (IBGE, 1960), sem levar em consideração a população indígena, que, na época, não era recenseada.

A população estava distribuída em quatro municípios de leste a oeste, os quais eram: Barra do Garças, Chapada dos Guimarães, Diamantino e Aripuanã. Esses municípios possuíam grandes extensões territoriais, constituindo-se como matrizes para a formação de outras cidades no processo de produção da fronteira. Além disso,

---

3 Os colonos idealizados foram os migrantes da região Sul do país, pois, segundo Getúlio Vargas, eles dispunham de uma “mentalidade empresarial europeia”, além da experiência que possuíam no trato com a terra, trazendo, quase sempre, um pecúlio que auxiliava na organização empresarial do empreendimento. Esses migrantes dirigiram-se para o Mato Grosso não para trabalharem como assalariados, mas, sim, para se tornarem proprietários de terras. Em função dos interesses emergentes, esses “espaços vazios” foram territorializados com aval do Estado, que, através de uma política eminentemente estratégica de “integração”, instrumentalizou-os no contexto espacial de expansão das forças produtivas.

sua economia estava pautada no extrativismo vegetal (borracha)<sup>4</sup>, nas áreas situadas nas bacias do Juruena e Teles Pires, e mineral (ouro e diamante)<sup>5</sup>, em Barra do Garças, Aripuanã e Diamantino. Os núcleos urbanos existentes localizavam-se na parte sul dos municípios, que se estendiam até as fronteiras do Pará e do Amazonas, dispondo de imensas vastidões, cobertas por florestas e cerrados habitados por grupos indígenas, tais como os Nambikwara, os Paresi, os Kren-Aka-Rorê, os Beíço de Pau, os Kayapó, os Kayabi, os Apiaká e os Cinta Larga, assim como poucos posseiros junto às margens dos rios navegáveis, sobretudo o Araguaia. Deste modo, a mesorregião norte mato-grossense, no intervalo entre 1970 e 1980, segundo o IBGE (1990), teve sua taxa de urbanização aumentada de 20,5% para 32,32%, o que correspondeu a um crescimento relativo<sup>6</sup>, de 343,57%.

---

4 Segundo Higa (2005), a exploração e a comercialização da borracha tiveram o seu auge no final do século XIX e início do século XX, quando ela perdeu a importância no mercado internacional. Essa atividade foi responsável por um importante fluxo migratório para o Mato Grosso, oriundo do Nordeste do Brasil, e pelo fortalecimento de alguns núcleos urbanos existentes, como Diamantino, Cáceres, Rosário Oeste e Cuiabá. Mesmo com o declínio da borracha, muitos deles contribuíram para o povoamento do centro-norte mato-grossense, enquanto que os outros migraram para a porção nordeste de Mato Grosso.

5 A exploração do diamante no início do século XIX atraiu novos fluxos migratórios, contribuindo para a formação de novos núcleos populacionais, como o de Diamantino. Essa atividade contribuiu para o direcionamento da expansão da ocupação para a porção norte do território mato-grossense, assim como possibilitou a articulação do território com a região norte, utilizando os rios Arinos, Juruena e Tapajós, até então realizada apenas pelo rio Guaporé (Higa, 2005).

6 O crescimento relativo está relacionado a soma do saldo migratório com o crescimento absoluto.

A dinâmica migratória e a política de colonização não apenas promoveram o processo de urbanização do estado, mas também incitaram uma renovação em todo o processo de compreensão do estado de Mato Grosso, que passou por transformações no sistema urbano, quer fosse pelo processo de metropolização ou pelo desmembramento territorial. A ocupação que se implantou nessas áreas provocou a fragmentação do território, dando primazia à dimensão político-administrativa com o desmembramento municipal.

Rodrigues (2005) chama-nos a atenção para a dimensão política da fragmentação do território no que concerne à criação de municípios<sup>7</sup>, visto que esse movimento influenciou a definição da cidade, estabelecendo a parte urbana como sede dos governos municipais<sup>8</sup>, além de alterar a dinâmica do urbano e da federação brasileira à medida em que a questão política interferiu na criação dessas áreas que podiam ser propulsoras de especulação imobiliária e provocar a evasão de divisas federais e estaduais, gerando custos elevados para a criação e a manutenção de um aparato municipal muitas vezes inexistente. O município de Sinop, por exemplo, tinha seu território ligado à prefeitura de Chapada dos Guimarães, que mantinha os serviços essenciais à população residente na área emancipada, enquanto que a colonizadora, Sociedade Imobiliária Noroeste do Paraná (Sinop), detinha o controle

---

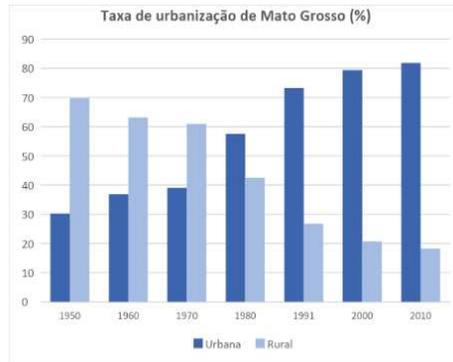
7 Em 1970, Mato Grosso contava com 34 municípios. No ano de 1980, com 55. Em 1995, constavam 95 municípios. Já em 2022, havia 137 municípios (IBGE, 2022). A maioria dessas cidades ocupa áreas de expansão da fronteira agrícola ou de fronteira (re)dimensionada do agronegócio.

8 O termo “município” abrange as áreas urbanas e rurais de um território.

privado das terras (Arruda, 2007 *apud* Rodrigues, 2005).

Vilarinho Neto (1982), em trabalho pioneiro, revelou os efeitos que a dinâmica populacional provocou na cidade de Cuiabá, bem como seu processo de metropolização, decorrente da expansão da fronteira agropecuária mato-grossense, a partir de 1960. Segundo o autor, Cuiabá só passou pelo crescimento populacional a partir do ano 1960, porém, foi na década de 80 que a cidade conheceu as mais altas taxas de crescimento populacional de sua história, contabilizando 136,25% mediante a expansão do sítio urbano sobre áreas periféricas, além do crescimento vertical, da ampliação dos diversos setores econômicos e da oferta de serviços, que a consolidaram como metrópole regional. Já que a urbanização que se configurou como resultado do intenso movimento migratório regional e da migração campo-cidade, ela provocou mudanças na infraestrutura das cidades que foram modernizadas, possibilitando, por sua vez, a consolidação de Cuiabá como capital regional, com uma gama diversificada de serviços especializados oferecidos pelo setor comercial, pelas atividades financeiras e pela prestação de serviços sofisticados adequados às exigências requeridas pela agropecuária modernizada.

Como pode-se observar no gráfico 2, é notadamente a partir de 1980 que se evidencia o processo de urbanização em Mato Grosso, representativo pela redistribuição da população rural-urbana, fato registrado no censo demográfico de 1950 a 2010 (IBGE, 2010).



**Gráfico 2.** O processo de urbanização em Mato Grosso

Fonte: IBGE, 2010.

Pode-se constatar que, ao longo do período de 1950 a 2010, houve uma inversão da participação da população rural e urbana no total da população mato-grossenses, sendo mais notório a partir de 1980 quando a população rural diminuiu, cedendo lugar ao crescimento da população urbana. Em 1950, a população urbana correspondia a 30,33% do total da população e a rural 69,77%, se mantendo crescente até 1970, quando começou a diminuir consideravelmente o seu percentual de participação. Nessa tendência, o dado censitário de 1991 revelou que 73,25% da população do estado viviam em áreas urbanas, enquanto 26,75% estavam nas áreas rurais. Em 2000, a população urbana representava 79,35% do total populacional, enquanto a rural restringiu-se a 20,65% (Moreno; Higa, 2005).

Consoante a isso, vale notar que o Mato Grosso apresenta uma peculiaridade no processo de urbanização, sendo ela a inserção de parte do território no processo de expansão da fronteira agrícola, o que altera a dinâmica populacional, atraindo um elevado fluxo de pessoas que compõem novos núcleos urbanos com concepção urbanística, forma de gestão e padrões culturais diferentes do

prevalente nesse espaço.

Arruda (2007) ponderou que o processo de urbanização, que se configurou em Mato Grosso a partir da década de 1970 e 1980 na fronteira agrícola não foi uma consequência direta do processo de industrialização, que ocorreu na maior parte do território brasileiro, mas foi, na verdade, parte de um processo de ordenamento do território para a expansão da fronteira agrícola e, posteriormente, de uma agricultura modernizada (agronegócio) para a inserção desse espaço na escala de (re)produção ampliada do capital. A urbanização ocorreu, então, em um primeiro momento, decorrente da capitalização da agricultura – cuja articulação com a indústria foi viabilizada pelo Estado pela integração vertical, decorrente de subsídios para a agricultura, e horizontal, por meio da ocupação da fronteira.

Por conseguinte, a urbanização que se estabeleceu nessa porção do Mato Grosso, produto de novas lógicas territoriais, apresenta uma configuração nova e complexa, marcada pela elevada densidade informacional e pela modernidade, tanto no campo quanto na cidade, além do predomínio da população urbana.

## DINÂMICA(S) NA(S)/DA(S) FRONTEIRA(S) E AS ESTRATÉGIAS DE PRODUÇÃO DO ESPAÇO NO BRASIL

A alteração na dinâmica populacional, especialmente nos anos de 1970 e 1980, aconteceu quando o Mato Grosso foi inserido no processo de expansão do capitalismo, mediante as políticas expansionistas da fronteira agrícola, recebendo um elevado fluxo de

migrantes, viabilizado pelos projetos de colonização (privado e público), pelos programas governamentais<sup>9</sup> fiscais, por financiamentos e pela implementação dos eixos viários de integração, contribuindo para o ordenamento territorial.

Além desses fatores, a BR-163 (Cuiabá–Santarém), ao cortar o espaço mesorregional no sentido longitudinal, teve um papel geopolítico e estratégico<sup>10</sup> para a ocupação da fronteira, favorecendo que inúmeras cidades, empresas e agroindústrias fossem sedimentadas ao longo do seu eixo, contribuindo para a ocupação demográfica e produtiva da fronteira agrícola norte mato-grossense. Consoante a isso, a estrada também operou como uma “fronteira”, sendo capaz de segregar e excluir espacial, econômica e socialmente, da cidade “planejada e ordenada ao capital”, aqueles que foram responsáveis pela riqueza que essa mesma cidade

---

9 A criação do Programa de Desenvolvimento dos Cerrados (1975), do Plano de Integração Nacional (1971) e do Programa de Polos Agropecuários e Agrominerais da Amazônia (1974), assim como a melhoria dos meios de transporte, foram de suma importância para transformar o centro-oeste mato-grossense em uma área de cultivo de produtos de exportação. Abreu (2011, p. 65) aponta que o Programa de Desenvolvimento do Centro-Oeste (Prodoeste) foi criado com o objetivo de viabilizar a circulação de mercadorias, do capital e de pessoas, bem como a instalação de áreas-programas diretamente vinculadas à técnica, além de serem financeiramente ligadas ao governo federal, via Sudeco, estando suas diretrizes centradas nas metas de “Integração nacional” do I Plano Nacional de Desenvolvimento (I PND).

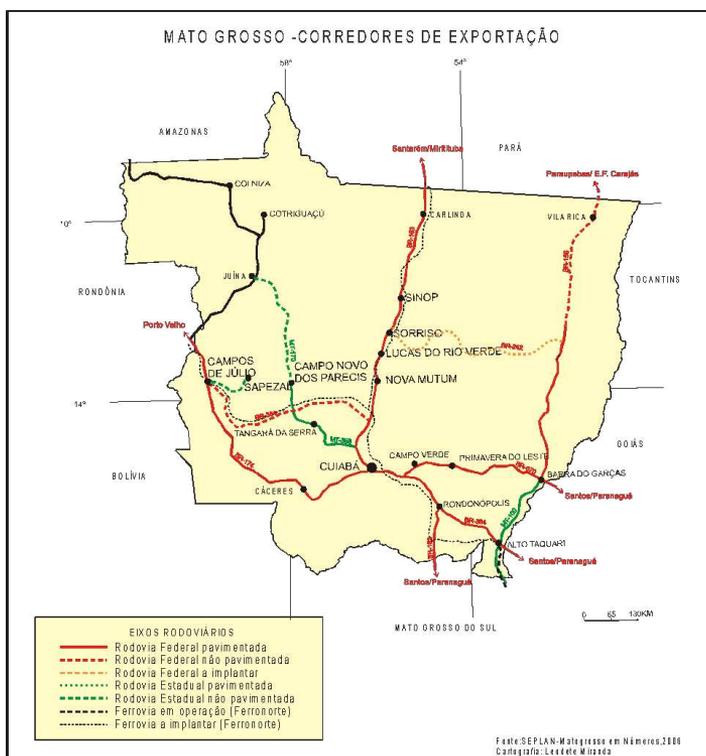
10 Atualmente, a BR-163 constitui uma rota importante de transporte para embarque fluvial em Santarém e em Itaituba, o que está em planos de reduzir a duração da viagem no rio Amazonas. Ela representa uma nova rota para o mercado inter-regional do Mato Grosso com o Nordeste, para onde serão escoados produtos agrícolas, sobretudo soja, milho e arroz, e de onde serão importados sal, insumos agrícolas, química fina, derivados de petróleo, medicamentos, entre outros.

ostenta: a mão de obra trabalhadora, representada pelo fluxo de migrantes que se dirigiram (e ainda se dirigem) para a “região do agronegócio”.

Outros eixos rodoviários foram criados nas décadas de 1960 e 1980, visando à integração nacional e à articulação do território, como é o caso da BR-364 (Cuiabá/Porto Velho e Cuiabá/Campo Grande), que cruza Mato Grosso no sentido leste-oeste, e da BR-070 (Brasília/Fronteira com a Bolívia), de onde sai a BR-158, na direção norte, além de rodovias estaduais. Tudo isso pode ser percebido no Mapa 1:

**Mapa 1.** Eixos rodoviários criados nas décadas de 1960 e 1980

Fonte: Arruda, 2007.



A implementação desses eixos rodoviários não foi apenas importante para a ocupação da fronteira agrícola norte mato-

-grossense, possibilitando a mobilidade de pessoas, mas também permitiu o estabelecimento de um território mais fluido ao capital, contribuindo para que áreas já ocupadas na década de 1950<sup>11</sup> e na de 1970 passassem por (re)ordenamentos econômicos e espaciais, decorrentes da modernização da agricultura.

O processo de “colonização” como instrumento político possibilitou o uso do território como estratégia para o povoamento regional, intensificando o fluxo migratório nessas áreas, assim como constituiu uma possibilidade para que os capitalistas auferissem para além da renda fundiária rural, a renda urbana. Embora a atividade rural seja a base econômica desses municípios, o povoamento da área urbana foi uma estratégia utilizada pelas colonizadoras para a valorização das terras rurais, haja vista que no período inicial da colonização, ou seja, na década de 1970, as pessoas que adquiriam lotes na área rural também recebiam um lote na área urbana, local onde deveriam se fixar, desde que construíssem uma casa em um prazo determinado ou que realizassem alguma atividade econômica urbana. O capitalismo não só apreendeu o espaço preexistente, a terra (como meio de produção), mas produziu o seu

---

11 Até a década de 1950, Rondonópolis possuía um grande número de pequenos proprietários rurais, que, além da criação de gado, desenvolviam uma agricultura voltada para o consumo, produzindo arroz, milho, feijão, amendoim e algodão. A partir da metade dos anos 1950, a cidade começou a desenvolver, em larga escala, o plantio do algodão, uma cultura que foi constante até meados de 1970, quando caiu fortemente a sua produção. A lavoura do arroz foi a cultura de abertura, seguida da soja. Essas terras, até então praticamente sem valor, alcançaram enorme valorização e foram vendidas para grandes proprietários e grupos empresariais de São Paulo e Minas Gerais e, em menor número, para paranaenses e gaúchos. Assim, os projetos agropecuários foram sendo implementados e a fisionomia da cidade e da região foi se alterando rapidamente (Suzuki, 1996).

próprio modelo de cidade no processo de produção da fronteira agrícola (Arruda, 2007; Becker, 1991).

Percebe-se, mais uma vez, como, na fronteira agrícola, o espaço constitui um instrumento político imprescindível para o processo de ocupação territorial, do qual a construção de núcleos urbanos significa a materialização das condições gerais necessárias à reprodução do capital industrial no campo, *locus* de controle da (re) produção da sociedade capitalista. Além disso, ocupar esses territórios significa inseri-los no contexto da escala mundial de relação capital-trabalho, da troca e dos padrões de consumo (de mercadorias tangíveis e intangíveis) (Arruda, 1997; 2007; Becker *et al.*, 1990).

A maioria das cidades do Mato Grosso é produto da colonização de empresas privadas (90%) e apresenta diversidade na produção espacial, na delimitação da área urbana e na forma de apropriação, gestão e uso do solo, todos aspectos decorrentes do seu grau de capitalização, do tipo de “ocupantes” que passa a se dirigir para esses espaços, tornando-se evidente a captação do território pela iniciativa privada. Dentre as cidades que surgiram dos projetos de colonização implementados na década de 1970, destacam-se as cidades de Sinop, fundada em 1974, Vera, em 1986, Claudia, em 1988 e Santa Carmem, em 1991, pela Colonizadora Sinop S/A; Alta Floresta, pela Colonizadora Indeco (1974); Colíder, em 1979, pela Colonizadora Líder; Sorriso; em 1975, pela Colonizadora Feliz S/A; Lucas do Rio Verde, em 1976, pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra); Nova Mutum, em 1976, pela Colonizadora Mutum; Tangará da Serra, em 1976, pela Tupã; Primavera do Leste, em 1979, pela Colonizadora Consentino S/A; Água Boa III, em 1979, e Nova Xavantina, em 1980, pela Conagro SC Ltda.; Tapurah, em 1988, pela Empresa Eldorado; Matupá, em 1988, pela Colonizadora

Cachimbo; Marcelândia, em 1986, pela Colonizadora Maiká.

O processo de produção espacial dessas cidades foi o momento no qual os colonizadores puderam introduzir uma tecnologia avançada, propiciada pelo poder político e econômico do estado e pela instalação de equipamentos urbanos. Percebeu-se, assim, uma velocidade constante no processo de modernização desses territórios. Em pouco tempo, essas cidades pioneiras passaram a cumprir um papel importante na organização espacial da fronteira agrícola, voltadas para o desenvolvimento das forças produtivas, assim como passaram a ser relevantes centros econômicos regionais, o que é verificado no caso de Sinop, que, desde a sua origem, já reivindicava seu lugar de “capital do nortão”.

A partir de 1980, nas áreas do Cerrado<sup>12</sup>, a fronteira agrícola foi convertida em fronteira (re)dimensionada do agronegócio (Arruda, 2007). Outrora o bioma fora utilizado pela pecuária como reserva de valor, entrando efetivamente no circuito da mercadoria a partir de sua conversão em grandes áreas para a produção de *commodities*, sobretudo soja, milho e algodão.

A nova lógica que se configura na fronteira (re)dimensionada do agronegócio, pautada na agricultura modernizada, está relacionada às mudanças no padrão tecno-produtivo da produção agropecuária brasileira e às vantagens comparativas locais que

---

12 O Cerrado é (re)inventado e valorizado, tendo como base a tecno-produção modernizada e sendo incorporado ao processo produtivo brasileiro e à lógica do mercado global. Outrora considerado “improdutivo” – pelo solo de pH ácido e pedregoso –, ele é alterado pela adoção das novas tecnologias. As suas condições naturais, a sua topografia plana (que facilita o uso de máquinas) e as suas estações climáticas bem definidas passaram a ser consideradas como possibilidades para ampliação da produção (Arruda, 2007).

têm representado a interiorização do crescimento pela iniciativa privada, com as indústrias sendo atraídas para locais de produção de matérias-primas, buscando otimizar os seus custos, representativos no atual momento de acumulação do capital. O reordenamento do padrão tecno-produtivo e a nova configuração territorial passaram a ser delineados a partir do ingresso do capital financeiro na esfera da atividade agrícola, com a *comoditização* agrícola, e da expansão dos pontos de troca dentro do sistema de produção, dando ênfase à ampliação dos negócios provenientes da agricultura modernizada, adequados ao mercado mundializado. (Arruda, 2007)

Além disso, os municípios que foram criados ao longo da BR-163, no processo inicial de ocupação da fronteira, a partir de 1980, passaram por um processo de reestruturação produtiva<sup>13</sup> e espacial<sup>14</sup>, que se evidencia com a expansão da agricultura modernizada, representada pelo cultivo da soja e do milho em áreas de Cerrado, e com a ampliação de grandes corporações agroindustriais ligadas à cadeia de grãos, especificamente pelo cultivo da soja. Destarte,

---

13 As atividades inicialmente realizadas em solo brasileiro (como o extrativismo vegetal, nas áreas de floresta amazônica, e o cultivo do arroz e a pecuária no Cerrado) que contribuíram para integrar essa região ao mercado nacional acabaram servindo como suporte para preparar o terreno à ocupação da fronteira pelas *commodities* agrícolas para ocupação e valorização futuras. Eventualmente, nessas áreas, o cultivo de arroz (como aconteceu em Sorriso, que teve o processo de colonização inicial referente ao cultivo do arroz), utilizado como estratégia para a ocupação inicial do solo, foi substituído pelo cultivo de outras atividades, a exemplo notório do cultivo da soja (Arruda, 2007).

14 A respeito das transformações sociais e econômicas, conferir o trabalho de tese de Arruda (2007).

as cidades que surgiram na década de 1970<sup>15</sup> como suporte logístico para a implementação da fronteira agrícola, tais como Sinop, Sorriso e Lucas do Rio Verde, a partir da década de 1980, converteram-se, segundo Arruda (2009), em “agro cidades” para atender aos imperativos da racionalidade prevalecente no campo modernizado. Isso se deu não apenas porque esses municípios foram e são destaques como principais produtores de *commodities* agrícolas, mas principalmente por se considerar que essas cidades atendem às exigências da economia mundializada e da especialização produtiva conexas (Gottdiener, 1997), capaz de mobilizar negócios provenientes das cadeias produtivas que fazem parte da agropecuária modernizada.

A especialização produtiva conexas, como parte de um sistema de conglomerado total, envolve desde as atividades que auxiliam a produção direta (transporte, armazenagem e processamento) até outras atividades que, indiretamente, fazem parte do circuito produtivo e dos círculos de cooperação (que envolvem o manuseio, a comercialização e a propaganda), possibilitando uma maior articulação dessas cidades em diversas escalas locais, regionais e internacionais, por meio do mercado mundializado de *commodities* agrícolas. Ao responder a essa lógica

---

15 Vale ressaltar que, nas décadas de 1970 e 1980, as cidades que apresentavam maior dinamismo econômico eram aquelas ligadas às atividades extrativas minerais (como em Alta Floresta) e vegetais (como notadamente em Sinop, com a madeira). As cidades que tinham a sua economia pautada na agricultura mecanizada, como Sorriso, Nova Mutum e Lucas do Rio Verde, apresentavam pouco dinamismo econômico. A respeito da hierarquização urbana no processo inicial da fronteira agrícola mato-grossense e a sua dinâmica espacial, conferir Coy (1989).

produtiva, as cidades ampliam e diversificam a função urbana, que abrange desde a demanda destinada ao consumo produtivo da agropecuária modernizada até a demanda de consumo consuntivo da cidade e/ou região. Ou seja, constituem suporte logístico para os capitais, que são requeridos pelo processo produtivo da logística ao armazenamento; da realização da comercialização e transações dos negócios à oferta de serviços e mão de obra requerida pela agricultura modernizada (Arruda, 2007).

O (re)ordenamento e/ou a criação de municípios e seus núcleos urbanos cumpre o papel de atender às necessidades requeridas pela racionalidade do campo modernizado, possibilitando, dessa forma, a circulação de capitais e mercadorias e a mobilidade da força de trabalho, condições essas que são necessárias para a reprodução ampliada do capital, assim como do poder econômico, político e territorial. O processo de (re)produção do capital espacializado, com a implementação e/ou (re)ordenamento de cidades em áreas com localização geográfica favorável, cumpre papel estratégico para a integração social, política e, principalmente, de interesses econômicos dos grupos dominantes que compõem o segmento do agronegócio (Arruda, 2007).

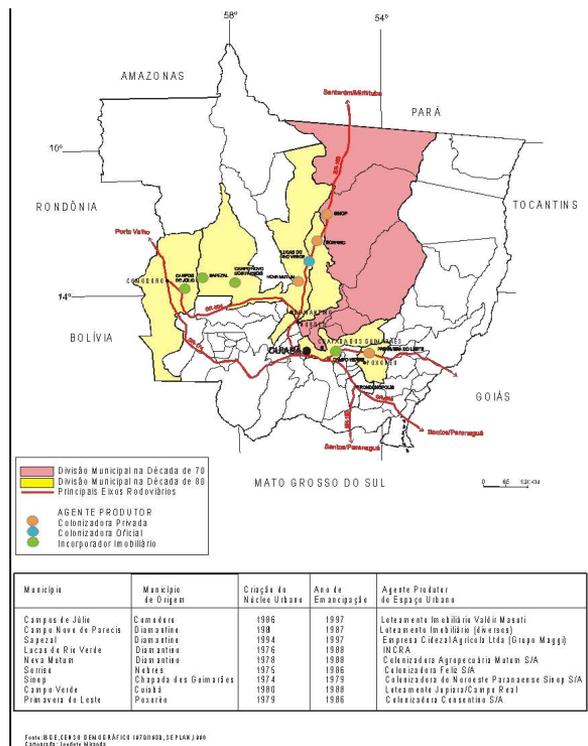
Conforme supracitado, o processo de incorporação do espaço da fronteira (re)dimensionada do agronegócio, à semelhança do

que ocorreu na década de 1970, quando este foi produzido e atrelado aos interesses das colonizadoras privadas, foi articulado aos interesses de grandes corporações e/ou outros segmentos que compõem o circuito produtivo das *commodities* agrícolas – notadamente de grãos. O controle do espaço, outrora feito pelas colonizadoras, atualmente, é territorializado e corporatizado<sup>16</sup> pelos grandes conglomerados que compõem o circuito produtivo do agronegócio, ou seja: mudam apenas os agentes produtores do espaço, porém, a lógica de (re)produção do capital ainda é perpetuada em escala ampliada, permeando entre o local e o global, entre os interesses públicos e privados. Assim, criam-se novos municípios para atender a essa demanda, a partir do desmembramento territorial dos já existentes, tornando-os distritos-sede das novas “cidades”, movimento no qual as antigas colonizadoras privadas cedem lugar aos novos agentes imobiliários e ao capital financeiro,

---

16 Um exemplo emblemático desse processo corresponde às ações do Grupo André Maggi, que investiu em diversos segmentos de estruturas territoriais, desde a melhoria das rodovias BRs 163 e 364 até a construção de silos, armazéns destinados à comercialização da soja, usinas hidrelétricas e centros de pesquisa (Fundação Mato Grosso), além da implementação de cidades, assim como a implementação, em parceria com o estado do Amazonas, de um corredor de exportação, com a construção da hidrovia Madeira. O sítio urbano de Sapezal está fundado na porção central da Chapada dos Parecis, situação que possibilitou maior facilidade de articulação e acesso ao norte e ao centro-sul do país. A criação da cidade, aliada a um projeto de implementação do corredor de exportação que possibilitava uma maior fluidez no território, foi a estratégia utilizada pela empresa para ampliar o seu poder econômico e territorial (Arruda 2007 *apud* Silva, 2003).

que passam a comandar notadamente o mercado de terra urbano<sup>17</sup> e a dinâmica das cidades, como pode ser analisado no Mapa 2:



**Mapa 2.** Dinâmica territorial dos municípios da fronteira (re)dimensionada do agronegócio  
Fonte: Arruda, 2007.

17 De acordo com Silva (2003), em terras de Sapezal, algumas colonizadoras privadas, como a Joaçaba, de Santa Catarina, venderam as propriedades para colonos do sul do país. O tamanho médio das propriedades era de cerca de 1000 ha. A colonização particular em Sapezal não possuía um projeto de constituição de núcleo urbano e de organização da atividade agrícola, as colonizadoras apenas se preocupavam em promover a venda das terras. A criação do núcleo urbano de Sapezal constituiu um projeto idealizado pelo Grupo André Maggi, sob a gestão da Colonizadora Cidezal). As demais cidades surgidas nesse período, tais como Campo Verde, Campos de Júlio, Campo Novo do Parecis e Primavera do Leste, apresentam, em seu processo de produção espacial, o mesmo princípio (Silva, 2003).

Contemplando a lógica neoliberal prevalecente, a partir da metade de 1980, durante a fase de expansão da agricultura científica-tecnificada em áreas no Cerrado, ocorreu a implementação das BRs 364, 158 e 070, que surgiram na porção noroeste da mesorregião norte mato-grossense, assim como as cidades, sede dos novos municípios, de Sapezal, Campo Novo do Parecis, Campos de Júlio e Nova Mutum. Contemporâneas a essas, novas cidades surgiram na mesorregião sudoeste, como Campo Verde e Primavera do Leste, que também já nasceram inseridas na lógica da divisão territorial do trabalho e dos circuitos produtivo-mercantil-financeiro, em uma escala nacional e internacional, como produtoras de *commodities* agrícolas.

A criação de núcleos urbanos está associada, principalmente, à ação dos agentes incorporadores imobiliários que concentram a sua ação monopolista na comercialização de terras urbanas, como é o caso da Colonizadora Cidezal (em Sapezal), Colonizadora Valdir Mazutti (em Campos de Júlio), Loteamento Jupiara/Campo Real (em Campo Verde e em Campo Novo do Parecis<sup>18</sup>). Essas áreas já possuíam um processo de ocupação anterior, ou seja, as terras já tinham sido apropriadas no processo inicial de expansão da fronteira agrícola na década de 1970, no entanto, essa institucionalização somente ocorreu posteriormente, principalmente com a expansão do cultivo da soja em áreas do Cerrado. As colonizadoras que se instalaram nessa região não possuíam um projeto de consti-

---

18 O sítio urbano da cidade de Campo Novo do Parecis constituiu-se pela doação de uma área de 304 hectares realizada por Armando Brólio, Walmir Prestes e Mildo Minosso em 1981. Posteriormente, vários agentes realizaram a comercialização dos lotes urbanos.

tuição de núcleo urbano e de organização de terras, interessando-se apenas em promover a venda das terras rurais (Arruda, 2007). Qualquer que seja o agente produtor e a temporalidade em que ocorreu o processo de incorporação dos municípios, estes apresentam uma particularidade em comum: além de suporte para as atividades urbanas, a terra se constituiu como uma mercadoria poderosa para que grupos monopolistas obtivessem vultosos lucros.

A origem dessas cidades está associada à delimitação territorial de propriedades rurais, que passaram a ser parceladas e destinadas à construção do núcleo urbano. Normalmente, o “colonizador” realizava os contatos políticos (Poderes Executivo e Legislativo) do município em que se encontrava jurisdicionado, no qual eram realizados os trâmites necessários para a implementação do núcleo urbano, assim como a comercialização dos lotes urbanos. Os interesses prevaletentes econômicos e político-eleitorais dos agentes locais faziam com que, em um curto período, o território passasse por um novo processo de fragmentação por meio da criação de novos municípios. Embora a Emenda Constitucional nº 15, de 1996, estabeleça a “limitação” para criação de novos municípios, novas unidades municipais continuaram sendo criadas, como foi o caso de Sapezal e Campos de Júlio, ambos instalados no ano de 1997, principalmente nas áreas de expansão da soja.

Silva (2004) afirma que a criação de novos municípios é interessante para os grandes produtores, exportadores e atores ligados ao circuito espacial da produção de soja, afinal, mesmo não sendo a única forma de atuação dos poderes corporativos, a reorganização político-administrativa é funcional e necessária ao atendimento desses poderes. Nesse processo, Arruda (2007) pondera que as

idades surgidas do desmembramento territorial foram inseridas, desde a criação, na lógica da divisão territorial do trabalho e dos circuitos produtivo-mercantil-financeiro, respondendo aos interesses econômicos de grupos hegemônicos que compõem o segmento do agronegócio, notadamente das corporações agroindustriais em rede. Constrói-se, assim, um arcabouço que mostra a importância da infraestrutura urbana necessária à dinâmica do agronegócio, com a criação de um sistema de financiamento e de novos serviços, no qual aparece a cidade como uma concretude, com a materialidade de implementação no território.

Essas “agrocidades” já surgem mais exclusivas, mais rígidas material e funcionalmente, tanto do ponto de vista de sua construção quanto de sua situação geográfica (Santos, 2003) e da especialização produtiva conferida. Esse papel especializado que as cidades passam a desempenhar não está presente apenas na representação híbrida dos objetos geográficos, na paisagem urbana ou rural, mas também encontra-se no cotidiano dessas cidades, marcado pelo fluxo dos trabalhadores agrícolas (que trabalham no campo, mas vivem nas cidades ou se dirigem para elas em busca de trabalho ou de melhores oportunidades de vida) e pelo movimento de mercadorias referentes à circulação de produtos procedentes do meio agrário.

Destarte, os centros urbanos, independentemente de seus tamanhos, passam a fazer parte do circuito produtivo gerador de negócio do agro, quer seja como produtores e consumidores de bens, serviços e capitais necessários ao processo produtivo, quer seja pelo grau de integração ao sistema socioeconômico global, por meio da presença das corporações agroindustriais e *tradings* articulados em redes em seu território. As transformações que

ocorrem nessas cidades, em razão dos processos globais relativamente contínuos das redes produtivas de comércio, transporte e informação, têm alterado não apenas a relação campo-cidade, mas também a relação hierárquica entre as cidades das regiões agrícolas.

A racionalidade produtiva do campo modernizado acaba por comandar a vida social do sistema urbano, notadamente das cidades que têm uma especialização produtiva conexa, fazendo com que as relações estabelecidas entre cidade-região-território (Lencioni, 1985) se tornem cada vez mais marcadas pelas discontinuidades tempo-espaciais. A dinâmica espacial, que se configura nas relações entre as cidades-região, reconstitui os padrões de polarização centro-periferia, ou seja, o poder hegemônico do capital em dominar o espaço social na sua totalidade.

Em diferentes escalas, a racionalidade produtiva permeia as relações socioespaciais locais, regionais, nacionais e internacionais, configurando áreas de influência, a exemplo de Rondonópolis, na porção centro-sul do Mato Grosso, que se configura como uma capital dessa região e de várias outras produtoras de *commodities* agrícolas, e de Sinop, que se porta como um centro regional que comanda a região produtora da porção centro-norte da mesorregião norte mato-grossense.

Embora não ocupe lugar de destaque na produção de *commodities* agrícolas, o município de Sinop ocupa a posição, no sistema urbano, de capital regional (Vilarinho Neto, 2002), determinada pela maior concentração e pela oferta no comércio atacadista, desde a distribuição de produtos industrializados até os destinados à agropecuária, como insumos, defensivos agrícolas etc.; oferecendo uma diversidade de serviços especializados destinados

ao consumo produtivo direto, em assistência técnica ao produtor rural, assim como indireto, na prestação de serviços na área da Educação – voltados a universidades, escolas de idiomas, instituições de treinamento e capacitação profissional –, bem como uma gama de serviços destinados à população local e regional, como no setor da Saúde. Com a concentração desses serviços, a cidade passa a desempenhar um domínio, cuja escala abrange o território desde a compreensão local, com o domínio sobre uma relativa hinterlândia, constituída por cidades menores e por áreas rurais.

As cidades de Sorriso, Nova Mutum e Lucas do Rio Verde, sedes dos municípios maiores produtores de *commodities* agrícolas – embora em menor escala se comparados a Sinop – também oferecem serviços para contemplar a demanda do campo modernizado, quer seja pela oferta de serviços educacionais, de saúde e do comércio atacadista e varejista de implementos agrícolas, gêneros alimentícios, vestuários, eletrodomésticos e materiais de construção, ou pela agregação de valor das *commodities* agrícolas, produzidas na região por meio das agroindústrias. Por outro lado, essa racionalização produtiva do campo não somente comanda o sistema produtivo (Santos, 1993) urbano e social, mas também a dinâmica populacional dessas localidades, ou seja, a concentração e o crescimento populacional ocorrem concomitantemente à racionalidade do campo. Isso significa que a produção agrária e a sua circulação repercutem na distribuição espacial da população, dos trabalhadores urbanos agrícolas e das empresas, contribuindo para a dinâmica demográfica e econômica da região.

Evidencia-se que nos municípios onde a economia está ancorada na agropecuária modernizada e/ou de serviços que compõem a cadeia do agronegócio, há uma taxa maior de crescimento popu-

lacional, concomitante ao elevado Produto Interno Bruto (PIB) proveniente da agropecuária modernizada, notadamente das *commodities* de soja. Infere-se que as formulações discursivas<sup>19</sup> produzidas acerca do “agronegócio como gerador de riqueza”, propaladas pelos meios de comunicação e utilizadas pelos gestores públicos para vender a imagem do município, contribuem para que essas localidades sejam atrativas e, conseqüentemente, mobilizem fluxos populacionais e empresas para as regiões ancoradas na agricultura modernizada. Essa dinâmica populacional é o que reflete na fluidez das taxas de crescimento populacional registradas para o estado de Mato Grosso.

O censo demográfico de 2022 demonstra essa tendência, que já vem acontecendo nas regiões produtoras das *commodities* agrícolas ao longo do seu processo de formação socioespacial, perante o aumento exponencial do número de cidades pequenas (decorrente do desmembramento territorial) e do papel que algumas pequenas e médias cidades vêm exercendo no sistema urbano do interior do país, como é o caso do Mato Grosso.

É na porção centro-norte do território mato-grossense, cortado pela BR-163, que se evidenciam as maiores taxas de crescimento populacional absoluto do estado, com destaque para Lucas do Rio Verde, com uma taxa média geométrica de crescimento anual da população residente (2010/2022) de 5,21%, Sorriso, com 4,35%,

---

19 Conforme esse conceito, o crescimento econômico dá visibilidade às cidades pela materialização, na paisagem urbana, das estruturas geográficas representativas do “progresso”, constituindo-se como a principal estratégia utilizada pelo poder público local para atrair investimentos e pela construção de um discurso a ser aceito e incorporado pelos agroempresários e pela população local.

e Nova Mutum, com 4,82% (IBGE, 2023). O município de Sorriso, centro da produção de *commodities* agrícolas, continua sendo o maior produtor de soja<sup>20</sup> e milho, e integra, juntamente com Sinop, a lista dos municípios brasileiros de mais de 100 mil habitantes que apresentaram as maiores taxas médias geométricas de crescimento anual da população residente do Brasil no período de 2010 a 2022 (IBGE, 2023).

O município de Sinop, embora não faça parte do rol dos maiores produtores de *commodities* agrícolas, desempenha um papel importante no sistema urbano das “agrocidades” e da rede urbana de Mato Grosso, destacando-se no cenário brasileiro como a concentração urbana com maior crescimento absoluto da população no período intercensitário de 2010-2022, correspondente a 4,69%, superando o aglomerado urbano de Rondonópolis, que apresenta uma taxa média geométrica de crescimento anual populacional de 1,89 e o de Cuiabá, que dispõe de uma taxa de crescimento de 1,36% (IBGE, 2023).

A cidade de Rondonópolis, por sua vez, localizada na porção

---

20 No *ranking* das unidades da federação, o estado do Mato Grosso ocupa a quinta posição dos maiores produtores do grão de milho. O município de Lucas do Rio Verde detém a maior área plantada e, conseqüentemente, a produção mais expressiva de milho. De acordo com o levantamento do IBGE, o município destinou 147,057 mil hectares para a produção do grão e a colheita foi de 596,030 mil toneladas na safra de 2006/2007. O município de Sorriso ocupa a terceira posição no *ranking* dos municípios que produzem milho. O município destinou 95,166 mil hectares para a produção do grão, em que foram colhidas 400,297 mil toneladas do produto. A produção brasileira do milho foi, ao todo, de 12,612 milhões de toneladas, sendo que a participação de Lucas do Rio Verde corresponde a 12,6% e Sorriso contabiliza [...] 0,9% (Arruda, 2007).

sudeste do estado, é beneficiada pela sua situação geográfica estratégica, no entroncamento das BRs 364 e 163, exercendo um papel importante no contexto regional, destacando-se como um centro logístico dos segmentos que compõem o circuito produtivo do agronegócio.

Na região produtora de *commodities* agrícolas cortada pela BRs 158 e 070, o destaque é para o município de Primavera do Leste com uma taxa de crescimento geométrico no período intercensitário de 2010-2022, de 4,19%, e Campo Verde com uma taxa de 2,98%. Outra região produtora de matéria-prima agrícola está localizada a noroeste do estado, com tendência a crescimento, sendo formada por Campos de Júlio, com uma taxa de crescimento geométrico de 4,58%; Campo Novo do Parecis, com 4,34%; e Sapezal, com 3,99% (IBGE,2022).

Nesse sentido, o crescimento absoluto da população e das médias e pequenas concentrações urbanas, que fazem parte da fronteira (re)dimensionada do agronegócio em Mato Grosso, corrobora o processo de interiorização da população brasileira registrado nos últimos anos. Constata-se que o crescimento populacional, iniciado na década 1970, tem o seu ápice no período de 2010-2022, sendo acompanhado de intensa dinamização das atividades agropecuárias voltadas para os complexos grãos/carne, que, com seus efeitos multiplicadores nas áreas urbanas, tiveram papel fundamental na elevação do índice de urbanização dessas cidades, assim como definiram o papel que as destacam como áreas de maior concentração populacional e polos regionais.

Em contraste com a época anterior, quando a industrialização produziu a urbanização, estamos agora diante de uma situação em que a capitalização da agricultura, via capital produtivo e

financeiro, torna-se o principal modelador da produção social do espaço urbanizado. Porém, o conteúdo do intraurbano continua mostrando a desigualdade socioespacial inerente a essas localidades, (re)produzindo as mazelas do processo de urbanização capitalista.

## CONCLUSÃO

A urbanização, enquanto parte do processo de organização do território para ocupação da fronteira agrícola, carrega, em seu bojo, as formas-conteúdo de (re)produção das relações sociais estabelecidas pelo capitalismo no espaço, por meio da instalação de toda base material e das relações sociais de produção requeridas pela economia contemporânea, ou seja, uma urbanização resultante das mudanças decorrentes das transformações na divisão regional do trabalho e dos novos papéis conferidos a essas cidades e ao campo pela divisão internacional do trabalho. O aprofundamento das relações capitalistas na região do Mato Grosso definiu os processos de apropriação da terra (posse, grilagem e/ou compra), contribuindo para a constituição de grandes propriedades (latifúndios) e de uma elite de proprietários rurais com atuação decisiva na política regional, assim como gerou o seu próprio modelo de cidade. É um processo antagônico, em que o deslocamento para a inviabilização da reforma agrária, adotada pelos governos militares por meio de incentivos para a expansão da fronteira na década de 1970, desloca-se, na atualidade, para o discurso da produtividade e competitividade, em que a fronteira é redimensionada pelo capital sob o rótulo de agronegócio.

Nesse processo de ordenamento territorial, no qual se cede à

lógica do ordenamento espaço-temporal do capital, o processo de desmatamento, inicialmente realizado nas áreas de domínio florestal para a implementação dos projetos de colonização, agora incorpora vastas extensões do Cerrado, para ampliação da área produtiva destinada à produção de *commodities* agrícolas, bem como para a produção de cidades, já que esses processos ocorrem simultaneamente.

A emergência de uma economia mundializada baseada em fluxos confere aos núcleos urbanos selecionados as funções de oferta e produção conexa especializada, requeridos pela agropecuária modernizada, sob o monitoramento e comando realizados pelas grandes corporações ligadas ao agronegócio. A progressiva incorporação de uma economia de mercado mais ampla, em que o preço do produto é internacional, corrobora a efetiva absorção da agricultura no modo de produção capitalista, sob a hegemonia do capital financeiro, sob o rótulo do “agronegócio”. A necessidade de minimizar o custo de circulação e o tempo de giro promove a aglomeração da produção, dos serviços e dos capitais requeridos pelo processo produtivo em alguns centros urbanos, transformando-os, parafraseando Harvey (2005), em verdadeiras oficinas da produção capitalista, o que repercute no processo de urbanização.

Nesse sentido, os ideários que nortearam a política territorial de “ocupar os vazios mato-grossenses” tiveram êxito: inseriram definitivamente o território mato-grossense no mercado, do qual o campo e a cidade fazem parte de uma mesma lógica de reprodução ampliada do capital. Como produto das relações capitalistas de produção, reproduz-se, no espaço urbano, as contradições inerentes a tal processo, evidenciado no jogo contraditório dos interesses do capital monopolista, representado pelas grandes

corporações, e na luta pelo direito à cidadania, evidenciado pelo direito à cidade: moradia, educação etc. Essa realidade comprova que o crescimento econômico das cidades pautadas no agronegócio não é compatível com o crescimento populacional que ainda se observa nessas cidades, uma vez que ele não possibilita melhores condições de vida para a maioria da população. As disparidades socioespaciais tornam-se evidentes na paisagem urbana altamente segregadora, manifestada pela presença de moradias com padrões arquitetônicos modernos e bairros “exclusivos”, que contrastam com moradias precárias, bairros sem iluminação pública, asfalto etc. A grande parte da população, principalmente os considerados “forasteiros”, vivem em precárias condições de vida, o que entra em direto confronto com o desperdício verificado nas áreas tidas como nobres.

## REFERÊNCIAS

ARRUDA, Z. A. As “agrocidades” e as interfaces entre o mundo rural e urbano: repercussões socioespaciais do agronegócio no território mato-grossense. In: ROMANCINI, S. R. *Novas territorialidades nas cidades mato-grossenses*. Cuiabá: Ed. UFMT, 2009. p. 175-198.

ARRUDA, Z. A. *Onde está o Agro desse negócio?* Transformações socioespaciais em Mato Grosso decorrentes do agronegócio. 2007. Tese (Doutorado em Geografia) – Instituto de Geociências, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2007. Disponível em: <https://repositorio.unicamp.br/acervo/detalhe/402034>. Acesso em: 27 dez. 2023.

ARRUDA, Z. A. *Sinop: território de múltiplas e incompletas reflexões*. 1997. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Departamento de Geografia, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 1997.

BECKER, B. Modernidade e gestão do território: da integração nacional à integração competitiva. *Espaço e Debates: Revista de Estudos Regionais e Urbanos*, São Paulo, ano 15, n. 32, 1991. Disponível em: <https://>

pdfcoffee.com/modernidade-e-gestao-do-territorio-no-brasil-da-integraao-nacional-a-integraao-competitiva-bertha-k-becker-pdf-free.html. Acesso em: 11 out. 2023.

BECKER, B.; MIRANDA, M.; MACHADO, L. O. *Frenteira Amazônica: questões sobre gestão do território*. Rio de Janeiro: UNB; UFRJ, 1990.

COY, M. Relações entre Campo e a Cidade em áreas de Colonização Governamental e Particular: um exemplo de Rondônia e Norte de Mato-grossense. *Warszawa: Actos Latinoamericanos de Varsovia*, tomo 7, 1989.

GOTTDIENER, M. *A Produção Social do Espaço Urbano*. São Paulo: EDUSP, 1997.

HARVEY, D. *A produção capitalista do espaço*. São Paulo: Annablume, 2005.

HIGA, T. C. S. Processo de ocupação e formação territorial. In: MORENO, G.; HIGA, T. C. S. (orgs.). *Geografia de Mato Grosso: território, sociedade, ambiente*. Cuiabá: Entrelinhas, 2005., p, 18-33.

IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Censo demográfico 1960 Mato Grosso*. Rio de Janeiro: 1960 Disponível: <https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/bibliotecacatalogo?id=768&view=detalhes>. Acesso em: 5 set. 2023.

IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Censo 1990: Estatísticas do século XX, 1990*. Rio de Janeiro: IBGE, 2022. Disponível em: IBGE | Estatísticas do Século XX | Estatísticas populacionais, sociais, políticas e culturais. Acesso em: 5 set. 2023.

IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Censo 2022: Panorama do crescimento populacional do Mato Grosso*. Rio de Janeiro: IBGE, 2022. Disponível em: <https://censo2022.ibge.gov.br/panorama/> Acesso em: 5 set. 2023.

IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Censo 2010: Sinopse: situação domiciliar*. Rio de Janeiro: IBGE, 2010. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mt/sinop/pesquisa/23/27652?detalhes=true>. Acesso em: 1 set. 2023.

IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Censo Demográfico 2022: População e domicílios - primeiros resultados*. Rio de Janeiro: IBGE, 2023. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/22827-censo-demografico-2022> Acesso em: 01 de set 2023.

LENCIONI, S. *Agricultura e urbanização: a capitalização no campo e transformação da cidade. Jardinópolis, o estudo de um lugar*. 1985. Dissertação (Mestrado em Geografia Humana) — Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1985. Disponível em: [https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8136/tde-20072022-190533/publico/1985\\_SandraLencioni.pdf](https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8136/tde-20072022-190533/publico/1985_SandraLencioni.pdf). Acesso em: 27 dez. 2023.

MORENO, G. A colonização no século XX: A política estadual e federal de colonização em Mato Grosso – 1900/1990. In: MORENO, G.; HIGA, T. C. S. (orgs.). *Geografia de Mato Grosso: território, sociedade, ambiente*. Cuiabá: Entrelinhas, 2005b. p. 52-71.

MORENO, G.; HIGA, T. C. S. Dinâmica Populacional em Mato Grosso. In: MORENO, G.; HIGA, T. C. S. (orgs.). *Geografia de Mato Grosso: território, sociedade, ambiente*. Cuiabá: Entrelinhas, 2005. p. 72-87.

NASCIMENTO, F. A. S. *Aceleração temporal na fronteira: estudo do caso de Rondonópolis - MT*. 1997. Tese (Doutorado em História Social) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1997.

RODRIGUES, A. M. Direito à Cidade e o Estatuto da Cidade. *Revista Cidades*, Chapecó, v. 2, n. 3, p. 89-110, 2005. Disponível em: <https://periodicos.ufrs.edu.br/index.php/cidades/article/view/12819>. Acesso em: 11 out. 2023.

SANTOS, M. *A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção*. 3 ed. São Paulo: Ed. USP, 2003.

SANTOS, M. *A urbanização brasileira*. São Paulo: Ed. HUCITEC, 1993.

SILVA, C. A. F. *Grupo André Maggi: Corporação em Rede em Áreas de Fronteira*. Cuiabá: Entrelinhas, 2003.

SILVA, S. C. *Geração de Novos Municípios: uma faceta da modernização dos macrossistemas técnicos do território*. 2004. Monografia (Graduação em Geografia) – Instituto de Geociências, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2004.

SUZUKI, J. C. *De Povoado a Cidade: a transição do rural ao urbano em Rondonópolis*. 1996. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Departamento de Geografia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1996. Disponível em: [https://dedalus.usp.br/F/3YM45FTN1BQP6GJT\\_SJXQDIPJQB45IL9APLYR4G6XI85N247PR8-59765?func=direct&doc\\_number=000746445&pds\\_handle=GUEST](https://dedalus.usp.br/F/3YM45FTN1BQP6GJT_SJXQDIPJQB45IL9APLYR4G6XI85N247PR8-59765?func=direct&doc_number=000746445&pds_handle=GUEST). Acesso em: 27 dez. 2023.

VILARINHO NETO, C. *Projeto Cura Cuiabá – Um Exemplo da Intervenção do Estado nas Transformações do Espaço Urbano*. 1982. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Departamento de Geografia, Universidade Estadual de São Paulo, Rio Claro, 1982.

VILARINHO NETO, C. *Metropolização Regional, Formação e Consolidação da Rede Urbana do Estado de Mato Grosso*. 2002. Tese (Doutorado em Geografia) – Departamento de Geografia, Universidade Estadual de São Paulo, São Paulo, 2002.